

ISSN 1806-6445

v. 11 • n. 20 • jun./dez. 2014

sur
v

20

EDIÇÃO COMEMORATIVA
DIREITOS HUMANOS EM MOVIMENTO



CONECTAS
DIREITOS HUMANOS

CONSELHO EDITORIAL

Christof Heyns Universidade de Pretoria (África do Sul)
Emilio García Méndez Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Fifi Benaboud Centro Norte-Sul do Conselho da União Européia (Portugal)
Fiona Macaulay Universidade de Bradford (Reino Unido)
Flavia Piovesan Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
J. Paul Martin Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Kwame Karikari Universidade de Gana (Gana)
Mustapha Kamel Al-Sayyid Universidade do Cairo (Egito)
Roberto Garretón Ex-Funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Chile)
Upendra Baxi Universidade de Warwick (Reino Unido)

EDITORES

Pedro Paulo Poppovic
Oscar Vilhena Vieira

EDITORES EXECUTIVOS

Maria Brant – Editora Executiva
Thiago Amparo – Editor Convidado
Luz González – Editora Assistente

CONSELHO EXECUTIVO

Albertina de Oliveira Costa, Ana Cernov, Conrado Hubner Mendes,
Glenda Mezarobba, Juana Kweitel, Laura Waisbich, Lucia Nader,
Luz González, Manoela Miklos, Maria Brant, Thiago Amparo

EDIÇÃO

Luz González, Thiago Amparo, Tânia Rodrigues

REVISÃO DE TRADUÇÕES

ESPAANHOL

Carolina Fairstein, Celina Lagrutta, Erika Sanchez Saez,
Josefina Cicconetti, Laia Fargas Fursa

PORTUGUÊS

Caio Borges, Erika Sanchez Saez, Renato Barreto, Marcela Vieira

INGLÊS

Murphy McMahon, Oliver Hudson, The Bernard and Audre Rapoport
Center for Human Rights and Justice
(University of Texas, Austin), Tina Amado

PROJETO GRÁFICO

Oz Design

EDIÇÃO DE ARTE

Alex Furini

ARTE DA CAPA

Mariana Bernd

FOTOGRAFIA DA CAPA

Renato Stockler

CIRCULAÇÃO

Beatriz Kux

IMPRESSÃO

Yangraf Gráfica e Editora Ltda.

COMISSÃO EDITORIAL

Alejandro M. Garro Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Bernardo Sorj Universidade Federal do Rio de Janeiro / Centro Edelstein (Brasil)
Bertrand Badie Sciences-Po (França)
Cosmas Gitta PNUD (Estados Unidos)
Daniel Mato CONICET / Universidade Nacional Tres de Febrero (Argentina)
Daniela Ikawa Rede Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais/ Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Ellen Chapnick Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Ernesto Garzon Valdes Universidade de Mainz (Alemanha)
Fateh Azzam Fundo Árabe para os Direitos Humanos (Líbano)
Guy Haarscher Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica)
Jeremy Sarkin Universidade de Western Cape (África do Sul)
João Batista Costa Saraiva Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo/RS (Brasil)
José Reinaldo de Lima Lopes Universidade de São Paulo (Brasil)
Juan Amaya Castro Universidade de Amsterdam (Países Baixos)/ Universidade para a Paz (Costa Rica)
Lucia Dammert Consórcio Global para a Transformação da Segurança (Chile)
Luigi Ferrajoli Universidade de Roma (Itália)
Luiz Eduardo Wanderley Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
Malak El-Chichini Poppovic Conectas Direitos Humanos (Brasil)
Maria Filomena Gregori Universidade de Campinas (Brasil)
Maria Hermínia Tavares Almeida Universidade de São Paulo (Brasil)
Miguel Cillero Universidade Diego Portales (Chile)
Mudar Kassib Universidade Birzeit (Palestina)
Paul Chevigny Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Philip Alston Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Roberto Cuéllar M. Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica)
Roger Raupp Rios Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)
Shepard Forman Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Victor Abramovich Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Victor Topanou Universidade Nacional do Benin (Benin)
Vinodh Jaichand Centro Irlandês de Direitos Humanos, Universidade Nacional da Irlanda (Irlanda)

SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos é uma revista semestral, publicada em inglês, português e espanhol pela Conectas Direitos Humanos. Está disponível na internet em <<http://conectas.org/pt/acoes/sur>>.

SUR está indexada nas seguintes bases de dados: IBSS (International Bibliography of the Social Sciences); ISN Zurich (International Relations and Security Network); DOAJ (Directory of Open Access Journals) e SSRN (Social Science Research Network). Além disso, Revista Sur está disponível nas seguintes bases comerciais: EBSCO e HEINonline, ProQuest e Scopus. SUR foi qualificada como A1 (Colômbia) e A2 (Qualis, Brasil).

SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004 - .

Semestral

ISSN 1806-6445

Edições em Inglês, Português e Espanhol.

1. Direitos Humanos 2. ONU I. Rede Universitária de Direitos Humanos

Direitos Humanos em Movimento

SUMÁRIO

LUCIA NADER, JUANA KWEITEL, & MARCOS FUCHS	7	Apresentação
PERFIL DE PEDRO PAULO POPPOVIC	11	“Não criamos a Revista Sur porque tínhamos certezas, mas porque estávamos cheios de dúvidas”
MALAK EL-CHICHINI POPPOVIC E OSCAR VILHENA VIEIRA	17	Perspectivas sobre o movimento internacional de direitos humanos no século XXI: As respostas mudam
LINGUAGEM		
SARA BURKE	27	O que uma época de protestos globais diz a respeito da eficácia dos direitos humanos como linguagem para alcançar mudanças sociais
VINODH JAICHAND	37	Após o estabelecimento de normas de direitos humanos, o que virá a seguir?
DAVID PETRASEK	47	Tendências globais e o futuro da defesa e promoção dos direitos humanos
SAMUEL MOYN	61	O futuro dos direitos humanos
STEPHEN HOPGOOD	71	Desafios para o Regime Global de Direitos Humanos: Os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz para a mudança social?
EMILIO ÁLVAREZ ICAZA	81	Os direitos humanos como meio eficaz para produzir mudanças sociais
ENTREVISTA COM RAQUEL ROLNIK	85	Sistema de Procedimentos Especiais da ONU é “controlado para não ter efeito”
ENTREVISTA COM PAULO SÉRGIO PINHEIRO	95	“Fora dos direitos humanos não vejo solução para atender às vítimas”
ENTREVISTA COM KUMI NAIDOO	101	“O Estado de Direito consolidou todas as injustiças que existiam antes dele”
TEMAS		
JANET LOVE	109	Estariamos despolitizando o poder econômico? A deliberada irresponsabilidade corporativa e a resposta burocrática dos defensores de direitos humanos
PHIL BLOOMER	119	Os direitos humanos são uma ferramenta eficaz para a mudança social?: Uma perspectiva sobre direitos humanos e empresas
GONZALO BERRÓN	127	Poder econômico, democracia e direitos humanos. Um novo debate internacional sobre direitos humanos e empresas
DIEGO LORENTE PÉREZ DE EULATE	137	Problemas e desafios das organizações e redes de migrações e direitos humanos na Mesoamérica
GLORIA CAREAGA PÉREZ	147	A proteção dos direitos LGBTI, um panorama incerto

ARVIND NARRAIN **155** Brasil, Índia, África do Sul: Constituições transformadoras e seu papel nas lutas LGBT

SONIA CORRÊA **171** Potências emergentes: Seria a sexualidade e os direitos humanos um assunto secundário?

CLARA SANDOVAL **185** Justiça de transição e mudança social

PERSPECTIVAS

NICOLE FRITZ **197** Litígio em direitos humanos na África Austral: Dificuldades em rebater opinião pública prevalecente

MANDIRA SHARMA **205** Pondo as leis em funcionamento: Experiências do *Advocacy Forum* na prevenção da tortura no Nepal

MARIA LÚCIA DA SILVEIRA **219** Direitos humanos e mudanças sociais em Angola

SALVADOR NKAMATE **225** A luta pela afirmação dos direitos humanos em Moçambique: Os avanços e os retrocessos

HARIS AZHAR **233** A luta pelos direitos humanos na Indonésia: Avanços internacionais, impasses internos

HAN DONGFANG **243** Vislumbrando um futuro democrático na China

ANA VALÉRIA ARAÚJO **253** Desafios de sustentabilidade da agenda de direitos humanos no Brasil

MAGGIE BEIRNE **263** Estaríamos jogando fora o bebê com a água do banho? A dinâmica Norte-Sul na perspectiva do trabalho em direitos humanos na Irlanda do Norte

ENTREVISTA COM MARÍA-I. FAGUAGA IGLESIAS **271** "As particularidades de Cuba nem sempre são identificadas ou compreendidas pelos ativistas de direitos humanos de outros países"

VOZES

FATEH AZZAM **279** Por que devemos ter que "representar" alguém?

MARIO MELO **289** Vozes da selva no estrado da Corte Interamericana de Direitos Humanos

ADRIAN GURZA LAVALLE **299** ONGs, direitos humanos e representação

JUANA KWEITEL **311** Experimentação e inovação em matéria de prestação de contas nas organizações de direitos humanos da América Latina

PEDRO ABRAMOVAY E HELOISA GRIGGS **329** Minorias democráticas em democracias do século 21

JAMES RON, DAVID CROW E SHANNON GOLDEN **343** Familiaridade com direitos humanos e *status* socioeconômico: Um estudo sobre quatro países

CHRIS GROVE **363** Construindo um movimento global para tornar direitos humanos e justiça social uma realidade para todos

ENTREVISTA COM MARY LAWLOR E ANDREW ANDERSON **375** "O papel das organizações internacionais deve ser apoiar os defensores locais"

FERRAMENTAS

- | | | |
|---|------------|--|
| GASTÓN CHILLIER E
PÉTALLA BRANDÃO TIMO | 385 | O movimento global de direitos humanos no século XXI: Reflexões sob a perspectiva de uma ONG nacional de direitos humanos do Sul |
| MARTIN KIRK | 397 | Sistemas, cérebros e lugares silenciosos: Reflexões sobre o futuro das campanhas de direitos humanos |
| ROCHELLE JONES, SARAH
ROSENHEK E ANNA TURLEY | 411 | Organização de "apoio ao movimento": A experiência da Associação para os Direitos das Mulheres e o Desenvolvimento (AWID) |
| ANA PAULA HERNÁNDEZ | 423 | Apoiando organizações locais: O trabalho do Fundo para os Direitos Humanos Globais no México |
| MIGUEL PULIDO JIMÉNEZ | 433 | Ativismo em direitos humanos em tempos de saturação cognitiva. Falemos de ferramentas |
| MALLIKA DUTT E NADIA RASUL | 441 | Conscientização digital: Uma análise das oportunidades e dos riscos enfrentados pelos ativistas de direitos humanos na era digital |
| SOPHEAP CHAK | 453 | Influência das novas tecnologias de informação e comunicação no ativismo no Camboja |
| SANDRA CARVALHO E
EDUARDO BAKER | 465 | Experiências de litígio estratégico no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos |
| ENTREVISTA COM
FERNAND ALPHEN | 477 | "Desçam do pedestal" |
| ENTREVISTA COM MARY KALDOR | 485 | "As ONGs não são a mesma coisa que sociedade civil, mas algumas ONGs têm o papel de facilitadoras" |
| ENTREVISTA COM LOUIS BICKFORD | 491 | Convergência para o Centro Global: "Quem define a agenda global de direitos humanos e como" |

MULTIPOLARIDADE

- | | | |
|--|------------|---|
| LUCIA NADER | 499 | Organizações sólidas em um mundo líquido |
| KENNETH ROTH | 507 | Por que acolhemos parcerias em direitos humanos |
| CÉSAR RODRÍGUEZ-GARAVITO | 515 | O futuro dos direitos humanos: Do controle à simbiose |
| DHANANJAYAN SRISKANDARAJAH
E MANDEEP TIWANA | 529 | Rumo a uma sociedade civil multipolar |
| ENTREVISTA COM EMILIE M.
HAFNER-BURTON | 537 | "Evitar o uso do poder seria devastador para os direitos humanos" |
| ENTREVISTA COM MARK
MALLOCH-BROWN | 545 | "Hoje somos um mundo extremamente multipolar, mas não somente composto por Estados-nação" |
| ENTREVISTA COM SALIL SHETTY | 551 | "Organizações de direitos humanos devem colocar mais o pé no chão" ou como perdemos o bonde |
| ENTREVISTA COM
LOUISE ARBOUR | 559 | "A solidariedade Norte-Sul é fundamental" |

APRESENTAÇÃO



DIREITOS HUMANOS EM MOVIMENTO: UM MAPA PARA O FUTURO DE UM MOVIMENTO

Lucia Nader (Diretora Executiva, Conectas)
Juana Kweitel (Diretora de Programas, Conectas)
Marcos Fuchs (Diretor Adjunto, Conectas)

A **Revista Sur** foi criada há dez anos como um veículo para aprofundar e fortalecer os vínculos entre acadêmicos e ativistas do Sul Global interessados em direitos humanos, com o objetivo de amplificar suas vozes e sua participação em organizações internacionais e debates acadêmicos. Nossa principal motivação era o fato de que, especialmente no Hemisfério Sul, os acadêmicos estavam trabalhando sozinhos e havia pouquíssimo intercâmbio entre pesquisadores de diferentes países. O objetivo da revista tem sido proporcionar aos indivíduos e organizações que trabalham na defesa dos direitos humanos, pesquisas, análises e estudos de caso que aliem rigor acadêmico e questões de interesse prático. Estas metas ambiciosas foram atingidas com êxito, de diversas maneiras: na última década, publicamos artigos de dezenas de países sobre questões tão diversas como saúde e acesso ao tratamento médico, justiça transicional, mecanismos regionais e informação e direitos humanos, para citar alguns exemplos. Publicado em três idiomas e disponível gratuitamente on-line e impresso, nosso projeto também continua a ser o único em termos de alcance geográfico, perspectiva crítica e por seu 'sotaque' do Sul. Em homenagem ao editor fundador da revista, **Pedro Paulo Poppovic**, este 20º número conta em sua abertura com uma biografia (escrita por João Paulo Charleaux) deste sociólogo que tem sido um dos principais responsáveis pelo sucesso desta publicação.

Em diversos aspectos, esta última década também foi um sucesso para o movimento de direitos humanos como um todo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 60 anos recentemente, novos tratados internacionais foram adotados e os antigos, mas bons sistemas globais e regionais de monitoramento estão em pleno funcionamento, apesar das críticas em relação à sua eficácia e as tentativas por parte dos Estados de coibir seus poderes. A partir de uma perspectiva estratégica, continuamos a usar, com certo sucesso, *advocacy*, litígio estratégico e estratégias de nomear e envergonhar (*'naming and shaming'*) como nossas principais ferramentas de mudança. Além disso, continuamos a cultivar parcerias entre as organizações que classificamos como locais, nacionais e internacionais dentro do movimento.

No entanto, as **coordenadas políticas e geográficas**, nas quais o movimento global de direitos humanos tem operado, têm sofrido profundas alterações. Ao longo da última década, presenciamos a tomada das ruas por centenas de milhares de pessoas para protestar contra injustiças sociais e políticas. Vimos também as potências emergentes do Sul desempenharem um papel cada vez mais influente na definição da agenda global de direitos humanos. Ademais, nos últimos dez anos temos visto o rápido crescimento das redes sociais como ferramenta de mobilização e como um fórum privilegiado para o compartilhamento de informações políticas entre os usuários.

Em outras palavras, a Revista publica seu 20º número em um cenário bastante diferente daquele de dez anos atrás. Os protestos que recentemente encheram as ruas de muitos países ao redor do mundo, por exemplo, não foram organizados por movimentos sociais tradicionais, nem por sindicatos ou ONGs de direitos humanos, e as demandas das pessoas foram frequentemente expressas em termos de justiça social e não de direitos. Isto quer dizer que os direitos humanos não são mais vistos como uma linguagem eficaz à produção de mudança social? Ou que as organizações de direitos humanos têm perdido parte de sua capacidade de representar os cidadãos injustiçados? As próprias potências emergentes, apesar de sua influência internacional recém-adquirida, dificilmente foram capazes - ou tiveram vontade - de assumir posições que diferem substancialmente daquelas adotadas pelas potências "tradicionais". Como e onde as organizações de direitos humanos defendem mudanças? As ONGs sediadas no Sul estão em uma posição privilegiada para fazer isso? As ONGs com sede nas potências emergentes também têm ganhando influência em fóruns internacionais?

Precisamente com o intuito de refletir sobre estas e outras questões prementes, os editores da SUR decidiram contar, no presente 20º número, com a ajuda de mais de 50 ativistas de direitos humanos de renome e acadêmicos de 18 países, do Equador ao Nepal, da China aos EUA. Pedimos que eles refletissem sobre o que consideramos algumas das questões mais urgentes e relevantes enfrentadas pelo movimento global de direitos humanos na atualidade: 1. Quem representamos? 2. Como podemos combinar questões urgentes com impactos a longo prazo? 3. Os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz à produção de mudança social? 4. Como as novas tecnologias de informação e comunicação têm influenciado o ativismo? 5. Quais são os desafios de trabalhar internacionalmente a partir do Sul?

O resultado, que agora você tem em suas mãos, é um mapa para o movimento global de direitos humanos no século 21 - que oferece um ponto de vista excepcional do qual é possível observar onde o movimento está na atualidade e para onde ele está caminhando. A primeira parada neste roteiro é uma reflexão sobre essas questões por parte dos diretores fundadores da Conectas Direitos Humanos, **Oscar Vilhena Vieira e**

Malak El-Chichini Poppovic. O roteiro continua sua jornada e inclui entrevistas e artigos, ambos fornecendo análises em profundidade sobre as questões de direitos humanos, bem como notas de campo, descrições mais personalizadas de experiências de trabalho com direitos humanos, que organizamos em seis categorias, embora a maioria delas poderia, sem dúvida, ser alocada em mais de uma categoria:

Linguagem. Nesta seção, incluímos artigos que refletem sobre a questão se os direitos humanos - como utopia, normas e instituições - ainda são eficazes à produção de mudanças sociais. Nesta seção, as contribuições variam de análises sobre os direitos humanos como uma linguagem à mudança (**Stephen Hopgood e Paulo Sérgio Pinheiro**), pesquisas empíricas sobre o uso da linguagem de direitos humanos para articular queixas em grandes protestos recentes (**Sara Burke**), a reflexões sobre o papel normativo e eficácia das instituições internacionais de direitos humanos (**Raquel Rolnik, Vinodh Jaichand e Emilio Álvarez Icaza**). A seção também conta com estudos sobre as tendências globais da evolução do movimento (**David Petrasek**), desafios à ênfase do movimento na proteção do Estado de Direito (**Kumi Naidoo**) e propostas estratégicas para melhor garantir um compromisso entre utopia e realismo em relação aos direitos humanos (**Samuel Moyn**).

Temas. Nesta seção incluímos contribuições que abordam temas específicos de direitos humanos de um ponto de vista original e crítico. Quatro temas foram analisados: poder econômico e responsabilidade corporativa por violações de direitos humanos (**Phil Bloomer, Janet Love e Gonzalo Berrón**); políticas sexuais e direitos LGBTI (**Sonia Corrêa, Gloria Careaga Pérez e Arvind Narrain**); migração (**Diego Lorente Pérez de Eulate**); e, por último, justiça de transição (**Clara Sandoval**).

Perspectivas. Esta seção abrange temas específicos de cada país, principalmente notas de ativistas de direitos humanos em campo. Essas contribuições vêm de diversos locais como Angola (**Maria Lúcia da Silveira**), Brasil (**Ana Valéria Araújo**), Cuba (**María-I. Faguaga Iglesias**), Indonésia (**Haris Azhar**), Moçambique (**Salvador Nkamate**) e Nepal (**Mandira Sharma**). Mas todas compartilham uma perspectiva crítica sobre os direitos humanos, incluindo, por exemplo, uma visão cética sobre a relação entre o litígio e a opin-

ião pública na África do Sul (**Nicole Fritz**), uma visão provocativa sobre o futuro democrático da China e sua relação com os direitos trabalhistas (**Han Dongfang**), e uma análise instigante da dualidade Norte-Sul a partir da Irlanda do Norte (**Maggie Beirne**).

Vozes. Nesta seção, os artigos abordam o cerne da questão de quem o movimento mundial de direitos humanos representa. **Adrian Gurza Lavalle** e **Juana Kweitel** destacam a pluralização da representação e formas inovadoras de responsabilização adotadas por ONGs de direitos humanos. Outros autores estudam a pressão por mais representação ou uma voz mais forte nos mecanismos internacionais de direitos humanos (como no Sistema Interamericano, relatado por **Mario Melo**) e nas instituições de representação, como legislaturas nacionais (analisadas por **Pedro Abramovay** e **Heloisa Griggs**). Por sua vez, **Chris Grove**, bem como **James Ron**, **David Crow** e **Shannon Golden** enfatizam, em suas contribuições, a necessidade de um link entre as ONGs de direitos humanos e grupos de base, incluindo populações economicamente desfavorecidas. Como contraponto, **Fateh Azzam** questiona a necessidade dos ativistas de direitos humanos representar alguém, discordando da crítica que as ONGs são excessivamente dependentes dos financiadores. Por fim, **Mary Lawlor** e **Andrew Anderson** descrevem os esforços feitos por uma organização do Norte para atender as necessidades dos defensores locais de direitos humanos como eles, e mais ninguém, as definem.

Ferramentas. Nesta seção, os editores incluíram contribuições que tratam dos instrumentos utilizados pelo movimento global de direitos humanos na realização de seu trabalho. Isso inclui um debate sobre o papel da tecnologia na promoção de mudanças (**Mallika Dutt** e **Nadia Rasul**, bem como **Sopheap Chak** e **Miguel Pulido Jiménez**) e perspectivas sobre os desafios das campanhas de direitos humanos, o que é analisado de forma provocativa por **Martin Kirk** e **Fernand Alphen** em suas respectivas contribuições. Outros artigos apontam à necessidade das organizações serem mais fundamentadas em contextos locais, como observado por **Ana Paula Hernández** em relação ao México, por **Louis Bickford** no que ele considera como uma convergência ao Centro Global, e, por fim, por **Rochelle Jones**, **Sarah Rosenhek** e **Anna Turley** em seu modelo de movimento de

apoio. Além disso, é destacado por **Mary Kaldor** que as ONGs não são o mesmo que a sociedade civil, propriamente dita. Ademais, ações de litígio e de atuação internacional são analisadas criticamente por **Sandra Carvalho** e **Eduardo Baker** tratando inclusive do dilema entre estratégias de longo e curto prazo no sistema interamericano. Por fim, **Gastón Chillier** e **Pétalla Brandão Timo** analisam a cooperação Sul-Sul do ponto de vista de uma ONG nacional de direitos humanos na Argentina.

Multipolaridade. Nesta seção, os artigos desafiam nossas formas de pensar sobre poder no mundo multipolar em que vivemos atualmente, com contribuições dos diretores de algumas das maiores organizações internacionais de direitos humanos de todo o mundo com sede no Norte (**Kenneth Roth** e **Salil Shetty**) e no Sul (**Lucia Nader**, **César Rodríguez-Garavito**, **Dhananjayan Sriskandarajah** e **Mandeep Tiwana**). Esta seção também discute o que significa multipolaridade em relação aos Estados (**Emilie M. Hafner-Burton**), organizações internacionais e da sociedade civil (**Louise Arbour**) e empresas (**Mark Malloch-Brown**).

Conectas espera que este número fomente o debate sobre o futuro do movimento global de direitos humanos no século 21, permitindo que ele se reinvente como é necessário para oferecer uma melhor proteção aos direitos humanos no terreno.

Gostaríamos de enfatizar que este número da Revista Sur só foi possível graças ao apoio da Fundação Ford, Open Society Foundations, Oak Foundation, Sigrid Rausing Trust, International Development Research Centre (IDRC, na sigla em inglês) e Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA, no original em inglês).

A Conectas Direitos Humanos é especialmente grata pela colaboração dos autores e da equipe da organização, especialmente de **Laura Dauden**, **João Paulo Brito** e **Laura Waisbich**. Também gostaríamos de agradecer a **Maria Brant** e **Manoela Miklos** por conceber este número e pela a realização da maioria das entrevistas, e a **Thiago Amparo** por se juntar à equipe editorial e tornar este número possível. Por fim, mas não menos importante, somos extremamente gratos a **Luz González** por seu incansável trabalho de edição das contribuições recebidas, e a **Ana Cernov** pela coordenação do processo editorial como um todo. Obrigado a todos e todas!



sur

Direitos Humanos em Movimento

Multipolaridade

LUCIA NADER

Organizações sólidas em um mundo líquido

KENNETH ROTH

Por que acolhemos parcerias em direitos humanos

CÉSAR RODRÍGUEZ-GARAVITO

O futuro dos direitos humanos: Do controle à simbiose

DHANANJAYAN SRISKANDARAJAH E MANDEEP TIWANA

Rumo a uma sociedade civil multipolar

ENTREVISTA COM EMILIE M. HAFNER-BURTON

“Evitar o uso do poder seria devastador para os direitos humanos”

ENTREVISTA COM MARK MALLOCH-BROWN

“Hoje somos um mundo extremamente multipolar, mas não somente composto por Estados-nação”

ENTREVISTA COM SALIL SHETTY

“Organizações de direitos humanos devem colocar mais o pé no chão”
ou como perdemos o bonde

ENTREVISTA COM LOUISE ARBOR

“A solidariedade Norte-Sul é fundamental”



LOUISE ARBOUR

Louise Arbour possui uma longa trajetória como defensora de direitos humanos. Ela trabalhou na Suprema Corte de Ontário, foi promotora-chefe nos Tribunais Penais Internacionais para a ex-Iugoslávia e para Ruanda (1996-1999) e promotora de justiça no Supremo Tribunal do Canadá (1999-2004). Em 2004, Arbour assumiu o cargo de Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, posição que ocupou até 2008. Desde 2009, é presidente e diretora

executiva da *International Crisis Group* – uma organização independente, sem fins lucrativos e não governamental comprometida com a prevenção e resolução de conflitos.

Considerando sua longa trajetória “institucional”, Arbour é surpreendentemente crítica da estrutura internacional dos direitos humanos, que, segundo ela, é “muito fraca” e está confinada a um “vício de definição de normas”, em vez de focar na implementação. O problema, de acordo com Arbour, é que “[O Conselho de Direitos Humanos] é um órgão composto por Estados que, invariavelmente, é conduzido por cada Estado na promoção de seus próprios interesses, por meio de alianças e negociações e assim por diante.” Neste contexto, ela lamenta que não haja suficiente progresso no estabelecimento de um eventual tribunal internacional de direitos humanos e, com pragmatismo, conclui que tal tribunal “está tão distante, e é muito improvável que aconteça.” Ela recentemente defendeu uma “Primavera em Nova Iorque e Genebra”, “algo que desafie todo o sistema muito mais a fundo, da mesma forma que a ‘Primavera’ que começou na Tunísia e logo se espalhou pelo mundo árabe nos mostrou um desafio real advindo da sociedade civil contra toda a ordem política”.

No entanto, a pragmática ex-Alta Comissária acredita que a reforma institucional não deve se tornar uma prioridade por parte dos defensores dos direitos humanos. Mas alerta: “Pode chegar um momento no qual as pessoas darão as costas à agenda dos direitos humanos, pois ela é muito lenta para ser implementada, ou irão adotá-la de uma maneira muito mais radical”.

Segundo Arbour, as organizações não governamentais (ONGs) internacionais devem “ter cuidado para não serem sugadas a esse ambiente doutrinário e normativo e devem permanecer firmemente ancoradas no trabalho de campo”. Para ela, as organizações do Norte têm que estar dispostas a compartilhar seus recursos com suas homólogas do Sul, que “têm uma capacidade muito maior para compreender o contexto em que a promoção e proteção de direitos humanos deve ocorrer”. Essa solidariedade Norte-Sul não somente auxiliaria a proteção real dos direitos humanos, mas também “daria uma resposta à alegação de que o movimento de direitos humanos, apesar de sua universalidade, é de fato um conceito ocidental que promove concepções culturais ocidentais de mundo”.

Leia a seguir a entrevista na íntegra com Arbour, na qual ela também aborda questões como a necessidade de defensores de direitos humanos trabalharem em questões “de vanguarda”, tais como direitos LGBT, e de se concentrar na promoção da agenda de direitos humanos com as nações que estão abertas para aperfeiçoar as normas, em vez de nomear e constranger países violadores ou trabalhar para reduzir os padrões para incluir países resistentes. “Se você tivesse que encontrar um modelo que fizesse a Coreia do Norte se tornar um país que respeitasse plenamente os direitos humanos – eu não tornaria todo o sistema refém esperando que isso acontecesse.”

Original em inglês. Traduzido por Fernando Sciré.

Entrevista realizada em maio de 2014 por Maria Brant (Conectas Direitos Humanos)



Este artigo é publicado sob a licença de *creative commons*.

Este artigo está disponível *online* em <<http://conectas.org/pt/acoecs/sur>>.

“A SOLIDARIEDADE NORTE-SUL É FUNDAMENTAL”

Entrevista com Louise Arbour

Conectas Direitos Humanos: Você disse recentemente que, apesar dos desafios constantes à universalidade em nosso mundo multipolar contemporâneo, uma das grandes forças unificadoras é a estrutura internacional de direitos humanos. Isso significa que você acredita que os direitos humanos ainda são uma linguagem eficaz para produzir mudança social?

Louise Arbour: Sim. Eu acho que a estrutura internacional de direitos humanos tem sido muito útil. Na realidade, ela inspirou, em alguns casos muito diretamente, constituições e leis em muitos países. Então ela teve impacto. Seu apelo a uma espécie de universalidade e indivisibilidade de direitos também contribuiu para um diálogo internacional muito unificado. Mas ela teve alguns retrocessos. O mais importante destes foi que, na última década, a estrutura internacional de direitos humanos, ao contrário de ações desenvolvidas nacionalmente pelos defensores de direitos humanos, ficou presa a um vício de definição normativa. E, de certa forma, eu acho que isso não é tão útil, particularmente porque tudo é feito à custa de outra coisa.

Houve algumas novas iniciativas normativas importantes, como a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Então não quero ser totalmente negativa sobre o ambiente normativo. Mas, em Genebra, há um grande desnível nos esforços para o aperfeiçoamento de normas e ferramentas e protocolos, e assim por diante, em detrimento da efetiva implementação no âmbito local dos direitos das pessoas.

Outra observação, e isso é provavelmente o maior desafio restante – e continuará a ser um desafio ainda por muito tempo – é o fato de que as instituições internacionais para a proteção dos direitos humanos são muito fracas. Elas são, essencialmente, o Conselho de Direitos Humanos, com seus vários mecanismos, e, em certa medida, o Conselho de Segurança da ONU, nos casos mais extremas. Ambos são órgãos compostos por Estados, nos quais os Estados negociam interesses. Então, se você comparar essa estrutura com as instituições reais de proteção dos direitos humanos, como tribunais – não apenas tribunais nacionais, mas também a Corte Europeia de Direitos Humanos e a Corte Interamericana –, não há nada dessa natureza no cenário internacional. E, enquanto essa realidade continuar, a implementação real sempre será deficiente.

Eu acho que a grande força da estrutura internacional dos direitos humanos

é a comunidade da sociedade civil de defensores de direitos humanos, de várias organizações não governamentais, tanto internacionais quanto domésticas. Eu acho que este é o coração e os pulmões do movimento de direitos humanos.

Conectas: Como você acha que essas organizações e os defensores podem influenciar a estrutura internacional de direitos humanos a trabalhar mais com a implementação do que com a normatização? Qual é o papel da sociedade civil na estrutura internacional de direitos humanos? Existe um papel?

L.A.: Obviamente, eu acho que há um papel. As ONGs internacionais têm que ter cuidado para não serem sugadas para este ambiente doutrinário e normativo e devem permanecer firmemente ancoradas no trabalho de campo. Isso é fundamental. E para as ONGs internacionais de direitos humanos de grande porte, a parceria com os atores nacionais é indispensável. É aí que o impacto real pode começar a ser sentido. Não apenas porque as violações de direitos humanos são muito contextualizadas e muito locais e porque são os atores locais que têm uma melhor compreensão de como seguir em frente, como abordar essas questões, mas também, se houver mais coesão entre as ONGs internacionais e locais, isso será um grande passo para afastar a alegação de algumas pessoas de que o movimento de direitos humanos possui essencialmente uma agenda dominada pelo Ocidente que serve a uma porção de interesses ocidentais, interesses culturais e, provavelmente, econômicos. Eu acho que parcerias e maior solidariedade Norte-Sul vão ajudar a dar uma resposta a essa alegação de que o movimento de direitos humanos, apesar de sua universalidade, é de fato um conceito ocidental que promove concepções culturais ocidentais de mundo.

Conectas: Você acha que o mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU) tem sido capaz de incorporar as percepções da sociedade civil no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas? As ONGs têm se queixado de que as suas contribuições não têm sido realmente levadas em consideração. Qual é a sua opinião sobre isso?

L.A.: Eu era a Alta Comissária quando o sistema RPU foi implementado. A real força motivadora por trás da RPU era a ideia de escrutínio universal. Antes do Conselho de Direitos Humanos e da RPU existirem, parte dessa alegação de que o sistema de direitos humanos era de fato um sistema dominado pelo Ocidente veio de uma série de países que sentiram que a Comissão de Direitos Humanos havia sido muito seletiva e tendenciosa. Outra ideia que estava emergindo na época era a de participação universal no Conselho de Direitos Humanos, mas isso não atraiu muito interesse. Assim, a negociação foi: com a RPU, todos os países, e não apenas Belarus e Cuba, deveriam ser objeto de escrutínio. O histórico de direitos humanos de todos os países deveria ser examinado. E a minha posição sempre foi de que não é útil comparar um país com outro; não é útil comparar a Noruega com a Venezuela ou a Rússia com a Bolívia. Útil é comparar cada país contra seu próprio histórico para ver se podemos mensurar progresso, regressão ou estagnação. Esse era o espírito. E, claro, a participação da sociedade civil era um veículo pelo qual essa avaliação poderia ser feita de forma confiável, analisando um país em relação ao seu próprio histórico.

Eu também sempre disse que nós precisaríamos de dois ciclos completos da RPU, antes que pudéssemos mensurar se esse processo de revisão estava tendo

algum impacto, porque, da primeira vez, os países assumem compromissos e assim por diante e você adota a RPU como um valor nominal. Somente quando eles passam pela segunda vez pela RPU nós podemos realmente começar a medir se ela funcionou.

No final das contas, voltamos para o que eu disse no início: o Conselho de Direitos Humanos é um órgão composto por Estados que, invariavelmente, é conduzido pelos Estados na promoção de seus próprios interesses, por meio de alianças e negociações e assim por diante. E essa é uma inerente limitação à utilidade dessa atividade inteira. E isso nunca vai ser superado.

Conectas: Com relação à criação de normas, ela tem sido – e ainda é – muito importante; você mencionou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. No entanto, um estudo recente concluiu que os mecanismos de criação de normas são postos em prática apenas em países que já possuem afinidade com as causas ou que já possuíam mecanismos internos de direitos humanos em funcionamento, e que eles não fazem diferença em países que são completamente imunes a estas questões. Estes resultados são contestados, e alguns argumentam que, apesar de não produzir resultados concretos, isso faz a agenda progredir e cria um terreno fértil para a sociedade civil pressionar o próximo governo a ratificar esses mecanismos. Você tem algo a comentar sobre isso?

L.A.: Eu acho que a questão é: em comparação a quê? No caso de países que são completamente resistentes a fazer qualquer tipo de progresso em matéria de direitos humanos, seja sobre direitos civis e políticos ou econômicos e sociais, há limites no sistema político e jurídico internacional *vis-à-vis* a esses países. Com exceção das ações do Conselho de Segurança previstas no Capítulo 7 [da Carta das Nações Unidas], que estabelecem o Conselho como guardião da paz e da segurança internacionais, não há um mecanismo coercitivo efetivo para o cumprimento de normas, inclusive para países que efetivamente ratificaram tratados e assim por diante. E há um debate razoável sobre se há maior probabilidade de fazer os países desempenharem algo que eles realmente não querem por meio de alguma forma de coerção política, como nomear e constranger, isolá-los, aplicar sanções e assim por diante, ou tentar encontrar maneiras de tornar mais atrativo para esses países entrar em algum acordo, para integrar a uma comunidade. Essas são basicamente estratégias distintas para compensar o fato de que não se pode simplesmente obrigar os países a respeitar os compromissos que eles de fato assumiram.

Em geral, eu acredito que é provável que seja mais produtivo tentar aperfeiçoar as normas e reafirmá-las e tentar convencer os outros a respeitá-las. E é verdade que isso só ocorre com as comunidades ou países que já estão comprometidos com a agenda de direitos humanos como um todo. Em certo sentido, acho que é melhor promover todos dentro dessa agenda positiva, mesmo que isso signifique que não tenhamos muito o que mostrar àqueles que foram completamente deixados para trás. Se você tivesse que encontrar um modelo que fizesse a Coreia do Norte se tornar um país que respeitasse plenamente os direitos humanos... eu não tornaria todo o sistema refém esperando que isso acontecesse. E se você analisar a questão dos direitos indígenas, por exemplo, eu acho que é melhor trabalhar com aqueles que tentam se envolver e aprimorar a discussão, com os países que têm pelo menos expressado publicamente uma atitude positiva de avanço. Este é um investimento melhor.

Conectas: A próxima pergunta é sobre a solidariedade Norte-Sul. Algumas vezes vemos uma competição entre organizações de direitos humanos do Norte e do Sul para ver quem é mais influente, recebe mais fundos etc. Como você acha que as organizações do Norte e do Sul podem trabalhar de forma complementar, em vez de competir por recursos e influência?

L.A.: Em primeiro lugar, eu acho que essa competição por recursos é muito real – é apenas a realidade que as ONGs enfrentam para obter financiamento – e, em geral, é muito prejudicial. E a busca agressiva de recursos é usada por muitos governos, em particular do Sul, muitos destes na África, que afirmam que o trabalho feito por ONGs de direitos humanos – principalmente por ONGs internacionais, e até mesmo por alguns atores humanitários – é apenas uma espécie de iniciativa de autopromoção. Isto é, há a necessidade de mostrar que o país está em uma situação ruim, a fim de gerar mais dinheiro, contratar mais pessoas para desempenhar mais atividades. Estes novos funcionários, por sua vez, vão dizer que o país ainda está em uma situação muito ruim, com o objetivo de conseguir mais dinheiro... Eles veem isso como uma indústria. E eu acho que a concorrência agressiva por recursos alimenta essa narrativa. Isso é muito contraproducente.

E, francamente, a segunda coisa que aponto é que, no final das contas, as principais fontes de financiamento estão no Norte. E, portanto, compete às ONGs que vêm do Norte e têm acesso a esses fundos serem muito abertas a parcerias e participação e apoiar aqueles que têm muito mais contato com a realidade no âmbito local e, acho, uma capacidade muito maior para compreender o contexto em que a promoção e proteção de direitos humanos deve ocorrer.

O ponto de partida para esse tipo de solidariedade Norte-Sul é que a responsabilidade de prestar muito mais atenção às necessidades é das ONGs internacionais do Norte... Eu detesto a expressão “capacitação”, porque ela é sempre usada pelos governos com o objetivo de evitar fazer qualquer coisa que eles não gostam, mas entre a sociedade civil o compartilhamento de habilidades e de recursos para o benefício daqueles com potencial de gerar um impacto muito maior se tivessem mais capacidade é uma responsabilidade que o Norte deve assumir.

O outro lado da moeda são as ONGs no Sul – eu compreendo perfeitamente as limitações de suas capacidades, mas ao mesmo tempo eu acho que um empenho para internacionalizar seus esforços seria um progresso, porque quanto mais provincianas elas permanecem, mais difícil fica ter essas parcerias com uma comunidade mais ampla.

Vou dar um exemplo em que, atualmente, estou de certa forma trabalhando a respeito. Não se trata estritamente de uma questão de direitos humanos, mas de uma questão de prevenção de conflitos, embora tudo se resuma à mesma coisa. É o caso do Sri Lanka. No Crisis Group publicamos um relatório em 2010, em que documentamos crimes de guerra em larga escala, crimes contra a humanidade; talvez entre 30.000 e 40.000 pessoas tenham morrido no Sri Lanka até o término da guerra do governo contra os Tigres de Libertação do Tamil Eelam (LTTE, na sigla original). Desde então, começamos a trabalhar nesse caso, tentando realmente pressionar a favor de uma responsabilização adequada, por meio de uma Comissão Internacional de Inquérito. O governo sempre afirmou que iria fazer justiça por conta própria, mas é claro que eles não fizeram absolutamente nada. Essa questão é levada ao Conselho de Direitos Humanos todos os anos, mas é muito difícil mobilizar os países do Sul. O governo do Sri Lanka vem lançando uma campanha diplomática muito agressiva para tentar obter apoio de países amigos do Sul. Portanto, este é

um exemplo no qual é muito mais difícil conseguir resultados, porque a maioria das ONGs que trabalha no Sul está focada em questões domésticas. Elas não sabem sobre o caso do Sri Lanka, elas simplesmente não conseguem saber. Então, para mim, essa é uma grande limitação. Porque, então, parece mais uma vez que todas as grandes ONGs internacionais do Norte estão perturbando o pobre, pequeno e fraco Sri Lanka. E é muito difícil mobilizar o engajamento do Sul Global nessa questão por meio de atores da sociedade civil de direitos humanos.

Conectas: Nós sentimos que os acadêmicos e as ONGs normalmente do Norte se sentem no direito de falar sobre questões de todas as partes do mundo, mesmo sem estar no terreno e sem ser especialistas nessas questões. Se se trata de direitos humanos, por exemplo, e eles recebem relatos de uma organização local, ou obtêm as informações de outra forma, eles acham que podem falar sobre o assunto e pressionar os governos a trabalhar na questão. Enquanto isso, acadêmicos e ONGs do Sul se sentem desconfortáveis ao falar sobre as violações em outro país. Temos muita dificuldade ao tentar encontrar acadêmicos do Sul que queiram generalizar conceitos ou dar nomes às tendências e falar sobre questões que não sejam estritamente domésticas. Para podermos falar sobre o Sri Lanka estando no Brasil – o que sabemos sobre o assunto? Nós precisaríamos ter uma rede muito mais forte para saber o que realmente está acontecendo no Sri Lanka. E é isso que tentamos fazer, mas é difícil.

L.A.: Sim. Mais uma vez, eu acho que é um desafio verdadeiro para as ONGs do Sul desenvolver parcerias Sul-Sul. Existem algumas ONGs que fazem um trabalho excelente, caso você queira entender o Sri Lanka, ou pelo menos se sentir suficientemente confiante para ser mobilizado a apoiar os defensores de direitos humanos no Sri Lanka. Tudo o que você precisa fazer é identificar os parceiros em quem você confia. Agora, é preciso tempo para construir essas parcerias, mas você não tem que confiar somente na *Human Rights Watch*, na Anistia Internacional ou nas grandes ONGs internacionais.

Eu sei que é muito difícil, porque em muitas regiões do mundo, na Ásia, em particular, há pouquíssimas organizações regionais. Então você sai de Genebra, basicamente da conjuntura internacional, diretamente para o nível nacional. Há muito poucas organizações no nível regional ou sub-regional. Há um pouco mais na África. E na América Latina há homogeneidade linguística suficiente – não completamente, eu entendo que o Brasil é diferente – e uma narrativa recente e razoavelmente coerente, particularmente sobre os direitos civis e políticos. E há muito a ser feito.

Então eu entendo completamente por que isso não está acontecendo, mas, quando falamos cada vez mais sobre um mundo interconectado e assim por diante, a credibilidade das ONGs internacionais particularmente ocidentais que falam sobre o Afeganistão, Paquistão, Sri Lanka e Guiné-Bissau etc. é abalada, por nunca darem a palavra, por exemplo, aos seus companheiros latino-americanos ou asiáticos para se mobilizarem a respeito destas questões.

Os governos são muito hábeis, eles não têm qualquer dificuldade de mobilizar apoio, e você vê um monte de governos que apoiam o Sri Lanka. Esses governos não sabem mais do que você sobre o que está realmente acontecendo no país. Eles simplesmente decidem acreditar no que o governo do Sri Lanka conta para eles.

Então, eu acho que desenvolver essa capacidade seria muito positivo para

contribuir no avanço dos direitos humanos em países onde é particularmente difícil para os defensores de direitos humanos locais fazer isso por conta própria. Vamos explicar de outro modo: é muito mais fácil para o governo do Sri Lanka argumentar contra a Europa se baseando nas alegações habituais de neocolonialismo, do que seria contra os países do Sul.

Conectas: Mas é possível encontrar um pouco de resistência dentro de seu próprio país. A Conectas, por exemplo, vem trabalhando com a Coreia do Norte, Irã e Síria, mais recentemente, e encontramos resistência no seio da sociedade civil brasileira, pois ela argumenta “Nós temos tantos problemas, por que vocês estão se preocupando com a Coreia do Norte? Vamos olhar para os nossos próprios problemas, vamos pressionar o governo para lidar com prisões, tortura, ao invés de usar sua influência para falar sobre o Irã”.

L.A.: Se você se envolver em questões menores, você pode realmente ficar muito surpreso com o fato de que você pode mostrar impacto real. Por exemplo, alguns países da África Ocidental, onde o Brasil – econômica e politicamente como país – tem uma presença muito grande... Eu quero dizer, tem uma presença real, por isso, se os atores da sociedade civil brasileira começarem a se mobilizar em questões onde o seu próprio governo e sua indústria do setor privado têm interesse, então de repente você tem um impacto muito, muito maior do que alguns países como o Canadá ou Noruega têm, por exemplo, na Guiné-Bissau ou Golfo da Guiné em geral ou na Nigéria.

Então o meu ponto é que você não tem que falar necessariamente sobre Coreia do Norte. Você poderia começar com algo no qual seu impacto poderia ser mensurável.

Conectas: Quais são os principais desafios que você acha que terão de ser abordados pelas organizações e pelos defensores de direitos humanos na próxima década?

L.A.: Por um lado, como discutimos anteriormente, as organizações e os defensores de direitos humanos em países que já têm pelo menos um compromisso político e um marco jurídico para a promoção dos direitos humanos vão querer trabalhar no que você pode chamar de questões de vanguarda, tais como direitos LGBT. Somente avançando a agenda, a normatização e melhorando normas. Surpreendentemente, temos que recuperar território: os desafios na última década contra a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, inclusive o questionamento da universalidade da proibição da tortura; direitos das mulheres em algumas partes do mundo, como no Afeganistão, podemos dizer... já estão começando potencialmente a eliminar todos os ganhos que têm sido feitos, surpreendentemente, quando você pensa que a igualdade de gênero ao menos retoricamente parece ser aceitável para a maioria dos governos. Então, eu acho que ainda há muito a ser feito apenas em termos de avanço da agenda e da manutenção de parte dos ganhos.

Algumas das questões mais difíceis virão de um ressurgimento de outras de caráter cultural e religioso. Eu acho que nós vemos uma rejeição constante e cada vez maior da universalidade dos direitos humanos no cenário internacional. Eu não sei o quanto isso tem alcance, por exemplo, no Brasil, mas no mundo, eu vejo

questões com apelos a valores culturais ou religiosos que emergem e se chocam com a agenda de direitos humanos. Isso vai ser um problema muito grande.

E, finalmente, há a questão de reforma institucional na qual eu não vejo nenhum progresso potencial, por exemplo, no estabelecimento de uma reforma do Sistema de Tratados para a criação, eventualmente, de um tribunal internacional de direitos humanos. Eu não priorizaria este ponto, porque ele está tão distante, e é muito improvável que aconteça.

Conectas: Por fim, na época da chamada Primavera Árabe, você mencionou a necessidade de uma “Primavera em Nova York e Genebra”. O que você quis dizer com isso? O que isso implicaria?

L.A.: O que eu tinha em mente era exatamente denunciar as insuficiências do quadro institucional internacional de proteção dos direitos humanos – o Conselho de Direitos Humanos, o Conselho de Segurança – em vez de tratá-las como questões corriqueiras – você sabe, apenas tentando obter mais espaço na RPU e assim por diante... Perguntando se estamos preparados para algo que desafie todo o sistema muito mais a fundo, da mesma forma que a “Primavera” que começou na Tunísia e logo se espalhou pelo mundo árabe nos mostrou um desafio real advindo da sociedade civil contra toda a ordem política. Mais uma vez, não acho que nós estejamos lá ainda. E talvez nós afirmemos que ainda há progresso que possa ser feito dentro do sistema. Mas pode chegar um momento no qual as pessoas deem as costas à agenda de direitos humanos, pois ela é muito lenta para ser implementada, ou irão adotá-la de maneira muito mais radical. Deixarei essa questão com vocês.

SUR 1, v. 1, n. 1, Jun. 2004

EMILIO GARCÍA MÉNDEZ

Origem, sentido e futuro dos direitos humanos: Reflexões para uma nova agenda

FLAVIA PIOVESAN

Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos

OSCAR VILHENA VIEIRA E A. SCOTT DUPREE

Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

O advento das ações movidas no Sul para reparação por abusos dos direitos humanos

VINODH JAICHAND

Estratégias de litígio de interesse público para o avanço dos direitos humanos em sistemas domésticos de direito

PAUL CHEVIGNY

A repressão nos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro

SERGIO VIEIRA DE MELLO

Apenas os Estados-membros podem fazer a ONU funcionar Cinco questões no campo dos direitos humanos

SUR 2, v. 2, n. 2, Jun. 2005

SALIL SHETTY

Declaração e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Oportunidades para os direitos humanos

FATEH AZZAM

Os direitos humanos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

RICHARD PIERRE CLAUDE

Direito à educação e educação para os direitos humanos

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES

O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas

E.S. NWAUCHE E J.C. NWOBIKE

Implementação do direito ao desenvolvimento

STEVEN FREELAND

Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: Enfrentando os crimes ambientais

FIONA MACAULAY

Parcerias entre Estado e sociedade civil para promover a segurança do cidadão no Brasil

EDWIN REKOSH

Quem define o interesse público?

VÍCTOR E. ABRAMOVICH

Linhas de trabalho em direitos econômicos, sociais e culturais: Instrumentos e aliados

SUR 3, v. 2, n. 3, Dez. 2005

CAROLINE DOMMEN

Comércio e direitos humanos: rumo à coerência

CARLOS M. CORREA

O Acordo TRIPS e o acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento

BERNARDO SORJ

Segurança, segurança humana e América Latina

ALBERTO BOVINO

A atividade probatória perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos

NICO HORN

Eddie Mabo e a Namíbia: Reforma agrária e direitos pré-coloniais à posse da terra

NLERUM S. OKOGBULE

O acesso à justiça e a proteção aos direitos humanos na Nigéria: Problemas e perspectivas

MARÍA JOSÉ GUEMBE

Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura militar argentina

JOSÉ RICARDO CUNHA

Direitos humanos e justiça: Pesquisa no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

LOUISE ARBOUR

Plano de ação apresentado pela Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos

SUR 4, v. 3, n. 4, Jun. 2006

FERNANDE RAINE

O desafio da mensuração nos direitos humanos

MARIO MELO

Últimos avanços na justiça dos direitos indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

ISABELA FIGUEROA

Povos indígenas versus petrolíferas: Controle constitucional na resistência

ROBERT ARCHER

Os pontos positivos de diferentes tradições: O que se pode ganhar e o que se pode perder combinando direitos e desenvolvimento?

J. PAUL MARTIN

Releitura do desenvolvimento e dos direitos: Lições da África

MICHELLE RATTON SANCHEZ

Breves considerações sobre os mecanismos de participação para ONGs na OMC

JUSTICE C. NWOBIKE

Empresas farmacêuticas e acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento: O caminho a seguir

CLÓVIS ROBERTO ZIMMERMANN

Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso da Bolsa Família do governo Lula no Brasil

CHRISTOF HEYNS, DAVID PADILLA E LEO ZWAAK

Comparação esquemática dos sistemas regionais e direitos humanos: Uma atualização

RESENHA

SUR 5, v. 3, n. 5, Dez. 2006

CARLOS VILLAN DURAN

Luzes e sombras do novo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

PAULINA VEGA GONZÁLEZ

O papel das vítimas nos procedimentos perante o Tribunal Penal Internacional: seus direitos e as primeiras decisões do Tribunal

OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA

O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano

LYDIAH KEMUNTO BOSIRE

Grandes promessas, pequenas realizações: justiça transicional na África Subsaariana

DEVIKA PRASAD

Fortalecendo o policiamento democrático e a responsabilização na Commonwealth do Pacífico

IGNACIO CANO

Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime

TOM FARER

Rumo a uma ordem legal internacional efetiva: da coexistência ao consenso?

RESENHA

SUR 6, v. 4, n. 6, Jun. 2007

UPENDRA BAXI

O Estado de Direito na Índia

OSCAR VILHENA VIEIRA

A desigualdade e a subversão do Estado de Direito

RODRIGO UPRIMNY YEPES

A judicialização da política na Colômbia: casos, potencialidades e riscos

LAURA C. PAUTASSI

Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas

GERT JONKER E RIKA SWANZEN

Serviços de intermediação para crianças-testemunhas que depõem em tribunais criminais da África do Sul

SERGIO BRANCO

A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação

THOMAS W. POGGE

Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um Dividendo dos Recursos Globais

SUR 7, v. 4, n. 7, Dez. 2007

LUCIA NADER

O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU

CECÍLIA MACDOWELL SANTOS

Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

JUSTIÇA TRANSICIONAL

TARA URS

Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistemáticas

CECILY ROSE E FRANCIS M. SSEKANDI

A procura da justiça transicional e os valores tradicionais africanos: um choque de civilizações – o caso de Uganda

RAMONA VIJEYARASA

Verdade e reconciliação para as “gerações roubadas”: revisitando a história da Austrália

ELIZABETH SALMÓN G.

O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos

ENTREVISTA COM JUAN MÉNDEZ

Por Glenda Mezarobba

SUR 8, v. 5, n. 8, Jun. 2008

MARTÍN ABREGÚ

Direitos humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do Cone Sul

AMITA DHANDA

Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências

LAURA DAVIS MATTAR

Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos

JAMES L. CAVALLARO E STEPHANIE ERIN BREWER

O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano

DIREITO À SAÚDE E ACESSO A MEDICAMENTOS

PAUL HUNT E RAJAT KHOSLA

Acesso a medicamentos como um direito humano

THOMAS POGGE

Medicamentos para o mundo: incentivando a inovação sem obstruir o acesso livre

JORGE CONTESSE E DOMINGO LOVERA PARMO

Acesso a tratamento médico para pessoas vivendo com HIV/AIDS: êxitos sem vitória no Chile

GABRIELA COSTA CHAVES, MARCELA FOGAÇA VIEIRA E RENATA REIS

Acesso a medicamentos e propriedade intelectual no Brasil: reflexões e estratégias da sociedade civil

SUR 9, v. 5, n. 9, Dez. 2008

BARBORA BUK OVSKÁ

Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

Prisões na África: uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos

REBECCA SAUNDERS

Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul

SESSENTA ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições

FERNANDA DOZ COSTA

Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais

EITAN FELNER

Novos limites para a luta pelos direitos econômicos e sociais? Dados quantitativos como instrumento para a responsabilização por violações de direitos humanos

KATHERINE SHORT

Da Comissão ao Conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável?

ANTHONY ROMERO

Entrevista com Anthony Romero, Diretor Executivo da *American Civil Liberties Union* (ACLU)

SUR 10, v. 6, n. 10, Jun. 2009

ANUJ BHUWANIA

“Crianças muito más”: “Tortura indiana” e o Relatório da Comissão sobre Tortura em Madras de 1855

DANIELA DE VITO, AISHA GILL E DAMIEN SHORT

A tipificação do estupro como genocídio

CHRISTIAN COURTIS

Anotações sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina

BENYAM D. MEZMUR

Adoção internacional como medida de último recurso na África: promover os direitos de uma criança ao invés do direito a uma criança

DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM MOVIMENTO: MIGRANTES E REFUGIADOS

KATHARINE DERDERIAN E LIESBETH SCHOCKAERT

Respostas aos fluxos migratórios mistos: Uma perspectiva humanitária

JUAN CARLOS MURILLO

Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados

MANUELA TRINDADE VIANA

Cooperação internacional e deslocamento interno na Colômbia: Desafios à maior crise humanitária da América do Sul

JOSEPH AMON E KATHERINE TODRYS

Acesso de populações migrantes a tratamento antiretroviral no Sul Global

PABLO CERIANI CERNADAS

Controle migratório europeu em território africano: A omissão do caráter extraterritorial das obrigações de direitos humanos

SUR 11, v. 6, n. 11, Dez. 2009

VÍCTOR ABRAMOVICH

Das Violações em Massa aos Padrões Estruturais: Novos Enfoques e Clássicas Tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

VIVIANA BOHÓRQUEZ
MONSALVE E JAVIER AGUIRRE
ROMÁN

As Tensões da Dignidade Humana: Conceituação e Aplicação no Direito Internacional dos Direitos Humanos

DEBORA DINIZ, LÍVIA BARBOSA
E WEDERSON RUFINO DOS
SANTOS

Deficiência, Direitos Humanos
e Justiça

JULIETA LEMAITRE RIPOLL
O Amor em Tempos de Cólera:
Direitos LGBT na Colômbia

**DIREITOS ECONÔMICOS,
SOCIAIS E CULTURAIS**

MALCOLM LANGFORD

Judicialização dos Direitos
Econômicos, Sociais e Culturais
no Âmbito Nacional: Uma Análise
Socio-Jurídica

ANN BLYBERG

O Caso da Alocação Indevida:
Direitos Econômicos e Sociais e
Orçamento Público

ALDO CALIARI

Comércio, Investimento,
Financiamento e Direitos Humanos:
Avaliação e Estratégia

PATRICIA FEENEY

A Luta por Responsabilidade das
Empresas no Âmbito das Nações
Unidas e o Futuro da Agenda de
Advocacy

**COLÓQUIO INTERNACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS**

Entrevista com Rindai Chipfunde-
Vava, Diretora da Zimbabwe
Election Support Network (ZESN)

Relatório sobre o IX Colóquio
Internacional de Direitos Humanos

SUR 12, v. 7, n. 12, Jun. 2010

SALIL SHETTY

Prefácio

FERNANDO BASCH ET AL.

A Eficácia do Sistema
Interamericano de Proteção
de Direitos Humanos: Uma
Abordagem Quantitativa sobre
seu Funcionamento e sobre o
Cumprimento de suas Decisões

RICHARD BOURNE

Commonwealth of Nations:

Estratégias Intergovernamentais
e Não-governamentais para a
Proteção dos Direitos Humanos em
uma Instituição Pós-colonial

**OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
DO MILÊNIO**

ANISTIA INTERNACIONAL

Combatendo a Exclusão: Por que os
Direitos Humanos São Essenciais
para os ODMs

VICTORIA TAULI-CORPUZ

Reflexões sobre o Papel do Forum
Permanente sobre Questões
Indígenas das Nações Unidas
em relação aos Objetivos de
Desenvolvimento do Milênio

ALICIA ELY YAMIN

Rumo a uma Prestação de Contas
Transformadora: Uma Proposta
de Enfoque com base nos Direitos
Humanos para Dar Cumprimento às
Obrigações Relacionadas à Saúde
Materna

SARAH ZAIDI

Objetivo 6 do Desenvolvimento
do Milênio e o Direito à Saúde:
Contraditórios ou Complementares?

MARCOS A. ORELLANA

Mudança Climática e os Objetivos
de Desenvolvimento do Milênio:
O Direito ao Desenvolvimento,
Cooperação Internacional e o
Mecanismo de Desenvolvimento
Limpo

**RESPONSABILIDADE DAS
EMPRESAS**

LINDIWE KNUTSON

O Direito das Vítimas do *apartheid*
a Requerer Indenizações de
Corporações Multinacionais é
Finalmente Reconhecido por
Tribunais dos EUA?

DAVID BILCHITZ

O Marco Ruggie: Uma Proposta
Adequada para as Obrigações de
Direitos Humanos das Empresas?

SUR 13, v. 7, n. 13, Dez. 2010

GLENDA MEZAROBBA

Entre Reparações, Meias Verdades
e Impunidade: O Difícil Rompimento
com o Legado da Ditadura no Brasil

GERARDO ARCE ARCE

Forças Armadas, Comissão da
Verdade e Justiça Transicional no
Peru

**MECANISMOS REGIONAIS DE
DIREITOS HUMANOS**

FELIPE GONZÁLEZ

As Medidas de Urgência no
Sistema Interamericano de Direitos
Humanos

JUAN CARLOS GUTIÉRREZ E
SILVANO CANTÚ

A Restrição à Jurisdição Militar
nos Sistemas Internacionais de
Proteção dos Direitos Humanos

DEBRA LONG E LUKAS MUNTINGH

O Relator Especial Sobre Prisões e
Condições de Detenção na África e o
Comitê para Prevenção da Tortura
na África: Potencial para Sinergia ou
Inércia?

LUCYLINE NKATHA MURUNGI E
JACQUI GALLINETTI

O Papel das Cortes Sub-Regionais
no Sistema Africano de Direitos
Humanos

MAGNUS KILLANDER

Interpretação dos Tratados
Regionais de Direitos Humanos

ANTONIO M. CISNEROS
DE ALENCAR

Cooperação entre Sistemas Global
e Interamericano de Direitos
Humanos no Âmbito do Mecanismo
de Revisão Periódica Universal

IN MEMORIAM

Kevin Boyle – Um Elo Forte na
Corrente Por Borislav Petranov

SUR 14, v. 8, n. 14, Jun. 2011

MAURÍCIO ALBARRACÍN
CABALLERO

Corte Constitucional e Movimentos
Sociais: O Reconhecimento Judicial
dos Direitos de Casais do Mesmo
Sexo na Colômbia

DANIEL VÁZQUEZ E DOMITILLE
DELAPLACE

Políticas Públicas na Perspectiva de
Direitos Humanos: Um Campo em
Construção

J. PAUL MARTIN

Educação em Direitos Humanos em
Comunidades em Recuperação Após
Grandes Crises Sociais: Lições para
o Haiti

**DIREITOS DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

LUIS FERNANDO ASTORGA
GATJENS

Análise do Artigo 33 da Convenção
da ONU: O Papel Crucial da Im-
plementação e do Monitoramento
Nacionais

LETÍCIA DE CAMPOS VELHO
MARTEL

Adaptação Razoável: O Novo
Conceito sob as Lentes de Uma
Gramática Constitucional Inclusiva

MARTA SCHAFF

Negociando Sexualidade na
Convenção de Direitos das Pessoas
com Deficiência

TOBIAS PIETER VAN REENEN E
HELÉNE COMBRINCK

A Convenção da ONU sobre
os Direitos das Pessoas com
Deficiência na África: Avanços 5
Anos Depois

STELLA C. REICHER

Diversidade Humana e Assimetrias:
Uma Releitura do Contrato Social
sob a Ótica das Capacidades

PETER LUCAS

A Porta Aberta: Cinco Filmes
que Marcaram e Fundaram as
Representações dos Direitos
Humanos para Pessoas com
Deficiência

LUIS GALLEGOS CHIRIBOGA

Entrevista com Luis Gallegos
Chiriboga, Presidente (2002-2005)
do Comitê *Ad Hoc* que Elaborou a
Convenção Sobre os Direitos das
Pessoas com Deficiência

SUR 15, v. 8, n. 15, Dez. 2011

ZIBA MIR-HOSSEINI

Criminalização da Sexualidade: Leis
de *Zina* como Violência Contra as
Mulheres em Contextos Muçulmanos

LEANDRO MARTINS ZANITELLI

Corporações e Direitos Humanos:
O Debate Entre Voluntaristas
e Obrigacionistas e o Efeito
Solapador das Sanções

ENTREVISTA COM DENISE DORA

Responsável pelo Programa de
Direitos Humanos da Fundação Ford
no Brasil entre 2000 e 2011

IMPLEMENTAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL DAS DECISÕES DOS SISTEMAS REGIONAIS E INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

MARIA ISSAEVA,
IRINA SERGEEVA E MARIA
SUCHKOVA

Execução das Decisões da Corte
Europeia de Direitos Humanos
na Rússia: Avanços Recentes e
Desafios Atuais

CÁSSIA MARIA ROSATO E
LUDMILA CERQUEIRA
CORREIA

Caso *Damião Ximenes Lopes*:
Mudanças e Desafios Após a
Primeira Condenação do Brasil pela
Corte Interamericana de Direitos
Humanos

DAMIÁN A. GONZÁLEZ-
SALZBERG

A Implementação das Sentenças da
Corte Interamericana de Direitos
Humanos na Argentina: Uma
Análise do Vaivém Jurisprudencial
da Corte Suprema de Justiça da
Nação

MARCIA NINA BERNARDES

Sistema Interamericano de Direitos
Humanos como Esfera Pública
Transnacional: Aspectos Jurídicos
e Políticos da Implementação de
Decisões Internacionais

CADERNO ESPECIAL: CONECTAS DIREITOS HUMANOS - 10 ANOS

A Construção de uma Organização
Internacional do/no Sul

SUR 16, v. 9, n. 16, Jun. 2012

PATRICIO GALELLA E CARLOS
ESPÓSITO

As *Entregas Extraordinárias*
na Luta Contra o Terrorismo.
Desaparecimentos Forçados?

BRIDGET CONLEY-ZILKIC

Desafios para Aqueles que
Trabalham na Área de Prevenção e
Resposta ao Genocídio

MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS
MACHADO, JOSÉ RODRIGO
RODRIGUEZ, FLAVIO MARQUES
PROL, GABRIELA JUSTINO
DA SILVA, MARINA ZANATA
GANZAROLI E RENATA DO VALE
ELIAS

Disputando a Aplicação das Leis: A
Constitucionalidade da Lei Maria da
Penha nos Tribunais Brasileiros

SIMON M. WELDEHAIMANOT

A CADHP no Caso *Southern
Cameroon*

ANDRÉ LUIZ SICILIANO

O Papel da Universalização dos
Direitos Humanos e da Migração
na Formação da Nova Governança
Global

SEGURANÇA CIDADÃ E DIREITOS HUMANOS

GINO COSTA

Segurança Pública e Crime
Organizado Transnacional nas
Américas: Situação e Desafios no
Âmbito Interamericano

MANUEL TUFRÓ

Participação Cidadã, Segurança
Democrática e Conflito entre
Culturas Políticas. Primeiras
Observações sobre uma Experiência
na Cidade Autônoma de Buenos
Aires

CELS

A Agenda Atual de Segurança e
Direitos Humanos na Argentina.
Uma Análise do *Centro de Estudos
Legais y Sociales* (CELS)

PEDRO ABRAMOVAY

A Política de Drogas e *A Marcha da
Insensatez*

VISÕES SOBRE AS UNIDADES DE

POLÍCIA PACIFICADORA (UPPS)
NO RIO DE JANEIRO, BRASIL

Rafael Dias – Pesquisador, Justiça
Global

José Marcelo Zacchi – Pesquisador-
associado do Instituto de Estudos
do Trabalho e Sociedade – IETS

SUR 17, v. 9, n. 17, dez. 2012

DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS

CÉSAR RODRÍGUEZ GARAVITO,
JUANA KWEITEL E LAURA
TRAJBER WAISBICH

Desenvolvimento e Direitos
Humanos: Algumas Ideias para
Reiniciar o Debate

IRENE BIGLINO, CHRISTOPHE
GOLAY E IVONA TRUSCAN

A Contribuição dos Procedimentos
Especiais da ONU para o Diálogo
entre os Direitos Humanos e o
Desenvolvimento

LUIS CARLOS BUOB CONCHA

Direito à Água: Entendendo
seus Componentes Econômico,
Social e Cultural como Fatores de
Desenvolvimento para os Povos
Índigenas

ANDREA SCETTINI

Por um Novo Paradigma de
Proteção dos Direitos dos Povos
Índigenas: Uma Análise Crítica dos
Parâmetros Estabelecidos pela Corte
Interamericana de Direitos Humanos

SERGES ALAIN DJOYOU KAMGA
E SIYAMBONGA HELEBA

Crescimento Econômico pode
Traduzir-se em Acesso aos Direitos?
Desafios das Instituições da África
do Sul para que o Crescimento
Conduza a Melhores Padrões de
Vida

ENTREVISTA COM SHELDON
LEADER

Empresas Transnacionais
e Direitos Humanos

ALINE ALBUQUERQUE
E DABNEY EVANS

Direito à Saúde no Brasil: Um
Estudo sobre o Sistema de
Apresentação de Relatórios para
os Comitês de Monitoramento de
Tratados

LINDA DARKWA
E PHILIP ATTUQUAYEFIO

Matando Para Proteger? Guardas
da Terra, Subordinação do Estado e
Direitos Humanos em Gana

CRISTINA RÃDOI

A Resposta Ineficaz das
Organizações Internacionais em
Relação à Militarização da Vida das
Mulheres

CARLA DANTAS

Direito de Petição do Indivíduo no Sistema Global de Proteção dos Direitos Humanos

SUR 18, v. 10, n. 18, Jun. 2013

INFORMAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

SÉRGIO AMADEU DA SILVEIRA

Aaron Swartz e as Batalhas pela Liberdade do Conhecimento

ALBERTO J. CERDA SILVA

Internet Freedom não é Suficiente: Para uma Internet Fundamentada nos Direitos Humanos

FERNANDA RIBEIRO ROSA

Inclusão Digital como Política Pública: Disputas no Campo dos Direitos Humanos

LAURA PAUTASSI

Monitoramento do Acesso à Informação a Partir dos Indicadores de Direitos Humanos

JO-MARIE BURT E CASEY CAGLEY

Acesso à Informação, Acesso à Justiça: Os Desafios da *Accountability* no Peru

MARISA VIEGAS E SILVA

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas: Seis Anos Depois

JÉRÉMIE GILBERT

Direito à Terra como Direito Humano: Argumentos em prol de um Direito Específico à Terra

PÉTALLA BRANDÃO TIMO

Desenvolvimento à Custa de Violações: Impacto de Megaprojetos nos Direitos Humanos no Brasil

DANIEL W. LIANG WANG E OCTAVIO LUIZ MOTTA FERRAZ

Atendendo os mais Necessitados? Acesso à Justiça e o Papel dos Defensores e Promotores Públicos no Litígio Sobre Direito à Saúde na Cidade de São Paulo

OBONYE JONAS

Direitos Humanos, Extradicação e Pena de Morte: Reflexões Sobre o Impasse Entre Botsuana e África Do Sul

ANTONIO MOREIRA MAUÉS

Supralegalidade dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Interpretação Constitucional

SUR 19, v. 10, n. 18, DEZ.. 2013

POLÍTICA EXTERNA E DIREITOS HUMANOS

DAVID PETRASEK

Novas potências, novas estratégias? Diplomacia em direitos humanos no século XXI

ADRIANA ERTHAL ABDENUR E DANILO MARCONDES DE SOUZA NETO

Cooperação brasileira para o desenvolvimento na África: Qual o papel da democracia e dos direitos humanos?

CARLOS CERDA DUEÑAS

Limites e avanços na incorporação de normas internacionais de direitos humanos no México a partir da reforma constitucional de 2011

ELISA MARA COIMBRA

Sistema Interamericano de Direitos Humanos: Desafios à implementação das decisões da Corte no Brasil

CONOR FOLEY

A evolução da legitimidade das intervenções humanitárias

DEISY VENTURA

Saúde pública e política externa brasileira

CAMILA LISSA ASANO

Política externa e direitos humanos em países emergentes: Reflexões a partir do trabalho de uma organização do Sul Global

ENTREVISTA COM MAJA DARUWALA (CHRI) E SUSAN WILDING (CIVICUS)

A política externa das democracias emergentes: Qual o lugar dos direitos humanos? Um olhar sobre a Índia e a África do Sul

DAVID KINLEY

Encontrando liberdade na China: Direitos humanos na economia política

LAURA BETANCUR RESTREPO

A promoção e a proteção dos direitos humanos por meio de clínicas jurídicas e sua relação com os movimentos sociais: Conquistas e desafios no caso da objeção de consciência ao serviço militar obrigatório na Colômbia

ALEXANDRA LOPES DA COSTA

Inquisição contemporânea: Uma história de perseguição criminal, exposição da intimidade e violação de direitos no Brasil

ANA CRISTINA GONZÁLEZ VÉLEZ E VIVIANA BOHÓRQUEZ MONSALVE

Estudo de caso da Colômbia: Normas sobre aborto para fazer avançar a agenda do Programa de Ação do Cairo